



mês de outubro de dois mil e doze aos estabelecimentos penais de Belém e Marabá, no Estado do Pará. Em prosseguimento aos itens de pauta, o Sr. Luiz Fabrício Vieira Neto e as Sras. Mara Fregapani Barreto e Ana Maria Braga de Lima, todos do DEPEN, apresentaram o Projeto-Piloto de classificação de apenados, que está sendo implantado na Unidade Penal Vale do Guaporé, no Complexo Penal de Porto Velho, no Estado de Rondônia. A referida Unidade Penal fora escolhida devido ao pequeno número de internos. Após várias discussões e questionamentos, foram solicitados vários ajustes na proposta, em virtude de equívocos apontados pelos conselheiros. Após os debates, o Sr. Luiz Fabrício Vieira, diretor de políticas penitenciárias do DENPEN, esclareceu sobre as melhorias que o DEPEN vem empreendendo na Unidade Prisional de Urso Branco e demais estabelecimentos do sistema prisional do Estado de Rondônia. O diretor do DEPEN esclareceu ainda sobre a falta de participação dos Estados, de forma geral, nas melhorias do sistema prisional. O diretor recomendou ao vice-presidente a instituição de uma Comissão no âmbito do CNPCP para acompanhar o Projeto-Piloto e, posteriormente, avaliá-lo. Como encaminhamento, foi aprovado o envio do Projeto-Piloto por completo, por parte do diretor do DEPEN, para os conselheiros e, conseqüentemente, a elaboração de Parecer pelo vice-presidente e pela Conselheira Franciele para posterior apreciação do Colegiado. Em seguida, foi concluída a apresentação de inspeção prisional no Estado do Pará, sendo aprovadas as recomendações e o respectivo Relatório de inspeção. Após, a Conselheira Fabiana Barreto expôs sobre o Projeto de Lei que trata das Alternativas Penais, em trâmite na Secretaria de Assuntos Legislativos-SAL/MJ. Como encaminhamento, foi aprovado o documento elaborado pela Conselheira Fabiana, bem como a sua respectiva entrega em futura reunião do CNPCP com o Ministro da Justiça. Em seguida, o Sr. Gabriel de Carvalho Sampaio, representante da SAL/MJ, expôs ao Colegiado as discussões acerca dos assuntos de Alternativas Penais e de Procedimento de Apuração de Falta Grave, em trâmite no Congresso Nacional e na Secretaria de Assuntos Legislativos-SAL/MJ, e também de demais assuntos inerentes ao CNPCP. No dia vinte e sete, em prosseguimento aos itens de pauta, ocorreu o encontro dos representantes dos Conselhos Penitenciários Estaduais e dos Conselhos da Comunidade com o CNPCP. Inicialmente, o vice-presidente apresentou o CNPCP aos representantes dos Conselhos Penitenciários e da Comunidade que se encontravam no momento da reunião. Em seguida, com autorização do vice-presidente, os representantes dos Conselhos Estaduais e da Comunidade manifestaram-se a respeito das dificuldades da sua própria atuação no sistema prisional nos seus respectivos Estados, principalmente sobre a proibição do uso de máquina fotográfica em suas inspeções. Como encaminhamento, o CNPCP providenciará a edição de uma Resolução permitindo o uso de máquinas fotográficas por parte dos Conselhos Estaduais e da Comunidade nas atividades de inspeção e fiscalização nas Unidades Penais. Compareceu também à reunião o Secretário de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba, Washington França, que informou que será instaurado inquérito policial para a investigação sobre o fato da prisão dos membros da Comissão de Direitos Humanos na Unidade Penal da Paraíba. Após, o vice-presidente finalizou os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada pelo Secretário Executivo do CNPCP, Rafael de Sousa Costa.

HERBERT JOSE ALMEIDA CARNEIRO
Presidente

ATA DA 391ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 E 5 DE FEVEREIRO DE 2013

Aos dias quatro e cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: O presidente, Herbert José Almeida Carneiro; o Vice-Presidente, Vitore André Zílio Maximiano; e os seguintes membros: Alamiro Velludo Salvador Netto, Alvino Augusto de Sá, Augusto Eduardo de Souza Rossini, Davi Paiva Costa Tangerino, Fabiana Costa de Oliveira Barreto, Fernando Braga Viggiano, Franciele Silva Cardoso, Luis Geraldo Lanfredi, Luiz Guilherme Mendes Paiva, Mardem Marques Soares Filho, Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, Suzann Flavia Cordeiro de Lima e Pedro Sérgio dos Santos. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: Valdirene Daufemback, Gabriel de Carvalho, Carolina Amaral Venutio, Tedney Moreira da Silva, Luiz Antônio Bressane, Marivaldo Pereira, Lucio Costa, Francisco Job, Naum Pereira de Sousa e Jordana Araújo. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com abertura dos trabalhos e com comunicações e proposições, informando que assumiu o cargo de Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Minas Gerais e após consultar autoridades do Ministério da Justiça obteve parecer favorável quanto a sua permanência também na Presidência do CNPCP, não havendo, portanto, qualquer empecilho na acumulação dos dois cargos. Informou que acompanhou, juntamente com o Governador de Minas Gerais, a inauguração do primeiro presídio federal sob a condução das ppp's e que teve a impressão de que caso funcione da forma que foi concebida, tal sistema poderá futuramente ser coroado de êxito. O Conselheiro Lanfredi disse que com os trabalhos a serem realizados pelo CNPCP no de 2013 e diante da precariedade do nosso sistema penitenciário, tem absoluta certeza de que os mesmos terão como resultado a efetividade, eficiência e eficácia. A Conselheira Suzann informou que o juiz da execução penal de Alagoas convidou toda a imprensa para testar a segurança das celas nas unidades de segurança máxima de Alagoas, utilizando-se de marretas e outros instrumentos, fato que entende como destruição do patrimônio público e ato deplorável. Disse que o ofício do CNPCP encaminhado ao CONSEJ solicitando material para pesquisa e con-

fecção do manual, não obteve resposta até o presente momento. O Conselheiro Alvino saudou o servidor Rafael por assumir o Secretariado Executivo do CNPCP e sugeriu a confecção de uma placa de homenagem a Jussara Isaac Ribeiro pelos serviços prestados ao CNPCP. O Conselheiro Pedro Sérgio informou ao Conselho e solicitou do CNPCP uma nota de felicitação a Professora Marylene Sobral Braga Viggiano que assumiu a Presidência do Conselho da Comunidade do Estado de Goiás. Comunicou que a Professora Franciele publicou pelo IBCCRIM seu livro, fruto de sua tese de doutorado sobre criminologia dentro dos assentamentos rurais. Informou que esteve em Recife com o Conselheiro Lanfredi realizando inspeção no Presídio Aníbal Bruno, bem como audiência pública e verificou que o sistema prisional de Pernambuco se tornou um campo de concentração, um verdadeiro caos sem nenhuma condição de funcionamento, entendendo que o Estado de Pernambuco deva ser denunciado na Corte de Direitos Humanos. Disse que entende ser urgente a criação do banco de penas pelo CNPCP, e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para conhecimento e providências. O Presidente solicitou ao Conselheiro um relatório complementar sobre a visita no sistema prisional de Pernambuco, contendo recomendações a serem adotadas pelo CNPCP e que embasem uma possível denúncia aos órgãos competentes. A Conselheira Franciele comunicou sua ida a Porto Velho/RO para acompanhar os desdobramentos dos encontros que estão ocorrendo naquela cidade e que se refere a condenação do Brasil na Corte Internacional de Direitos Humanos pelos fatos ocorridos na Penitenciária Urso Branco. O Conselheiro Alamiro cumprimentou a todos e informou que na última reunião deste Colegiado no ano de 2012, teve atribuição de apresentar parecer sobre prazos na execução penal, projeto originalmente apresentado pelo Conselheiro Pedro Sérgio, momento no qual solicitou pauta para apresentação do referido parecer. O Conselheiro Davi cumprimentou a todos e informou que foi procurado pelo centro acadêmico onze de agosto de São Paulo, o qual nas últimas gestões elegeu temas para condução das atividades anuais e que para o ano de 2013 o tema cárcere, momento no qual estão organizando ato público com o título provisório de Humanização do Cárcere, inclusive com encaminhamento de documento ao Ministro da Justiça para conhecimento. Solicitou ainda que a secretaria do Conselho possa auxiliar na divulgação dos eventos a serem realizados pelo referido centro acadêmico, bem como a participação deste Conselho. O Presidente do Conselho autorizou o conselheiro Davi a representar o CNPCP em todos os eventos que ocorrerão sobre o tema abordado, registrando a necessidade do tema pela relevância e oportunidade. A Conselheira Ivonete endossou o reconhecimento da importância dos trabalhos da Jussara enquanto esteve neste Conselho e parabenizou o servidor Rafael por assumir o cargo de secretário executivo do CNPCP. Disse também que o Conselho tem um plano sobre a política criminal e penitenciária, momento no qual propôs ao CNPCP que se debruce sobre o referido documento para verificar os avanços alcançados. Disse também sobre a necessidade do estreitamento deste Conselho com o Ministro da Justiça, por meio de reuniões e encontros que debatam a questão penitenciária. Informou que o Relatório de Inspeção Prisional de Pernambuco não consta na página do conselho, momento no qual solicitou informações a respeito deste fato. O Conselheiro Marden justificou ausência na reunião de dezembro de 2012 por compromissos profissionais referentes a saúde mental no sistema prisional e elaboração de portarias sobre o mesmo tema. Informou que a política de saúde prisional está no prelo e será apresentada ao CNPCP na agenda de março para apreciação, bem como o lançamento em maio. A Conselheira Fabiana cumprimentou a todos e informou sobre a formação de um grupo de trabalho no gabinete do Ministro da Justiça para estudo de um projeto piloto na área de alternativas penais, momento no qual parabeniza pela iniciativa. O Conselheiro Fernando agradeceu pela moção do CNPCP oferecida à sua mãe pelo cargo de presidente do Conselho da Comunidade de Goiânia. Parabenizou a conselheira Franciele pela publicação de seu livro e ao Servidor Rafael por ter assumido a Secretaria Executiva do Conselho. Disse que a respeito do evento que participou sobre os dez anos da CPI do sistema carcerário e que entende que se perdeu, naquele momento, a melhor discussão dos avanços alcançados nessa questão. Disse da urgência da efetivação do concurso para defensores públicos do Estado de Goiás, tendo em vista a carência de profissionais atuando no Estado de Goiás. O Conselheiro Rossini cumprimentou a todos e informou que o Ministro da Justiça solicitou ao DEPEN a apresentação de estudo preliminar sobre regime semi aberto para oferecer subsídios que serão apresentados ao CNJ. Disse que o Ministro da Justiça solicitou ao DEPEN relatório das atividades sobre a questão das penas alternativas, com vistas à decisão se Coordenação de Penas Alternativas permanece no Departamento Penitenciário Nacional. O Conselheiro Rossini informou que o DEPEN confeccionou dois pareceres sobre monitoração eletrônica e ppp's, os quais ainda serão validados pelo gabinete do Ministro da Justiça e posteriormente encaminhados ao CNPCP. O Conselheiro solicitou inclusão na pauta da reunião do final do mês de fevereiro do Relatório de Atividades do DEPEN do ano de 2012 e informou que o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação assinaram Acordo de cooperação técnica sobre o Pronatec - Programa Nacional de Ensino Técnico destinados aos presos brasileiros. O Conselheiro Rossini solicitou que seja confeccionado um voto de elogio a Jussara pelos serviços prestados ao CNPCP. Informou que o DEPEN terá um prédio próprio e sairá do anexo II do MJ até o segundo semestre de 2013. O Presidente do Conselho passou a palavra ao Conselheiro Alamiro para apresentação do parecer sobre o projeto de lei que dispõe sobre prazos nos procedimentos de incidência na execução e da prisão ilegal. Após os debates entre os membros do colegiado o Presidente do Conselho decidiu, após votação, pela redação do anteprojeto de lei a ser realizada pelo conselheiro Alamiro, com vistas a aprovação do texto final. Em seguida deu-se início a exposição do relatório da conselheira Fabiana sobre a política de penas alternativas e sugestão de alterações - competência de alternativas penais. Após o amplo debate

entre os membros do colegiado a Presidência do Conselho decidiu pela concessão de vistas ao DEPEN para manifestação, bem como o encaminhamento do relatório ao Grupo de Trabalho instituído pela portaria nº 150/2013, para manifestação. O Conselheiro Luiz Guilherme apresentou o parecer sobre a minuta de resolução que dispõe sobre o uso de máquinas fotográficas nos estabelecimentos penais. Após os debates e sugestões de alterações textuais apresentadas pelos conselheiros a presidência do CNPCP aprovou o parecer. O Conselheiro Pedro Sergio apresentou modelo de declaração de nomeação e participação dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como inspeções prisionais. O Presidente do Conselho aprovou a sugestão do referido conselheiro. Em seguida o Presidente do Conselho apresentou pedido do ex-conselheiro Carlos Japiassú no que se refere a realização de Congresso Internacional com o apoio financeiro do Ministério da Justiça, bem como publicação dos artigos resultantes de outro evento já ocorrido em Salvador no ano de 2011. Após os debates restou aprovada, pela Presidência do Conselho, autorização para que o Professor Japiassú realize a publicação em revista eletrônica. Quanto ao pedido de apoio financeiro do Ministério da Justiça para a realização do Congresso Internacional de Ciências Criminais. Após os debates entre os membros do colegiado o mesmo restou indeferido, por impedimento de ordem legal, muito embora o Conselho apóie politicamente eventos desta natureza. Em seguida os Doutores Marivaldo de Castro, Gabriel Sampaio e Luiz Bressane deram início a apresentação sobre a análise do indulto 2012 e suas perspectivas com proposta de pauta legislativa para o ano de 2013. A conselheira Suzann disse da importância do cumprimento da resolução nº 09, bem como fiscalização para que isto ocorra de maneira eficiente, eficaz e efetiva, uma vez que teve notícia de que encontra-se em andamento a construção de unidade prisional no Estado do Acre que não conta com Módulo de Saúde. A Ouvidora Geral do DEPEN - Dra. Valdirene relatou sobre os fatos (ataques) que estão ocorrendo em Santa Catarina e apresentou as ações da Ouvidoria, bem como o estabelecimento de parcerias com os órgãos competentes na busca de soluções. O Conselheiro Fernando propôs a realização da próxima reunião do CNPCP na cidade de Belo Horizonte, tendo em vista a homenagem a ser prestada ao Presidente do Conselho pela posse na qualidade de Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Minas Gerais, bem com visita a unidade prisional público privada e APAC. Em seguida o conselheiro Alamiro apresentou o texto do projeto de lei a ser encaminhado a SAL que dispõe prazo na execução penal e as conseqüências de seus descumprimentos, estabelece modalidades especiais de detração, altera a Lei de Execução Penal e o Código Penal. Em seguida deu-se início a apresentação do projeto intitulado "Estudo do Perfil dos presos ou internados em estabelecimentos do sistema prisional por envolvimento por drogas e apoio técnico para implementação de estratégias", pela médica e membro do Tortura Nunca Mais/RJ e colaboradora da Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde - Dra. Tânia Kolmer. Após o amplo debate entre os membros do colegiado. O Conselheiro Vitore solicitou ao Conselheiro Rossini para que convide a Doutora Débora Diniz para que realize uma apresentação sobre o censo, resultado de sua pesquisa, na próxima reunião do CNPCP. Em seguida o conselheiro Vitore agradeceu a Dra. Kolmer pela apresentação e deu continuidade aos trabalhos. O Conselheiro Vitore apresentou proposta de modificação da Resolução nº 09/2009 no que se refere à relação de presos com profissionais por turno de trabalho. Após os debates entre os membros do colegiado o parecer do conselheiro Vitore restou aprovado e a inclusão de errata no site do CNPCP. A Conselheira Ivonete informou sobre a realização da inspeção no estado da Bahia nos dias 04, 05 e 06 de março de 2013. O Conselheiro Luiz Guilherme apresentou texto final no que se refere a minuta de resolução que dispõe sobre o uso de máquinas fotográficas nos estabelecimentos penais. Após o amplo debate e sugestões de alterações textuais apresentadas pelos conselheiros o texto final foi aprovado. O Conselheiro Alamiro procedeu a leitura de ofício em que o CNPCP deliberou manifestar publicamente seu apoio a efetiva realização do Congresso Internacional de Direito Penal pela IDP, ofício este encaminhado ao DEPEN e a SAL/MJ. O conselheiro Pedro Sérgio deu início a apresentação sobre o sistema prisional do Estado de Pernambuco, por meio da qual elencou os problemas existentes naquele sistema prisional, em especial sobre a atual situação em que se encontra a Penitenciária Aníbal Bruno e Presídio de Itamaracá. Após os debates entre os membros do colegiado, com especial destaque para o posicionamento do Conselheiro Lanfredi e Ouvidora Geral do DEPEN - Dra. Valdirene Daufemback, a decisão foi a de inclusão no relatório de inspeção complementar de novas recomendações com vistas à melhoria do sistema prisional daquele Estado a ser submetido ao colegiado na próxima reunião do CNPCP. Após, finalizou os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Kizio Makicelio da Silva Sousa e revisada pelo servidor do Ministério da Justiça Rafael de Sousa Costa.

HERBERT JOSE ALMEIDA CARNEIRO
Presidente

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 149ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2013

Em 02 de abril de 2013, às 9h, reuniu-se, o Conselho Superior da Defensoria Pública da União para sua 149ª Sessão Ordinária, presidida pelo Exmo. Sr. Defensor Público-Geral Federal, Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova e integrada pelos Exmos. Sub-defensor Público-Geral Federal, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Corregedor-Geral Federal, Dr. Fabiano Caetano Prestes e pelos Exmos. Srs. Conselheiros Dr. William Charley Costa de Oliveira, Dr.